Fundamento Legal: LEI Nº 5.810/1994

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s): BELO HORIZONTE/MG - Brasil<br

Servidor(es):

0100809/ANTONIO REMIGIO DE ARAUJO FILHO (ASSESSOR TC

CONTROLE EXTERNO ATNS-601) / 3.0 dirias (Completa) / de

19/10/2011 a 24/10/2011

0100212/DIONE CELIA GUIMARES (ASSISTENTE DE DIRECO

NM-01) / 3.0 dirias (Completa) / de 19/10/2011 a 24/10/2011

0100703/IVAN BARBOSA DA CUNHA (CONSELHEIRO) / 3.0

dirias (Completa) / de 19/10/2011 a 21/10/2011<br

Ordenador: LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

PORTARIAS DIVERSAS

NMERO DE PUBLICAO: 295586

PORTARIA N25.692 DE 13-10-11

1 - Tornar sem efeito a Portaria n 25.674, de 04-10-2011.

2 - DESIGNAR o servidor ALRIO DE JESUS E SILVA, Tcnico de Informtica- Operador TCE-ATI-401 Classe A Nvel 1, matrcula n0100321, para responder pela funo comissionada de Chefe da Seo de Produo e Suporte, a partir de 03-10-2011.

PORTARIA N25.693 DE 13-10-11

DESIGNAR a servidora NILDA MARIA GUIMARES BARROS, Tcnico Auxiliar de Controle Externo TCE-ATI-405 Classe A Nvel 1, matrcula n0100187, para prestar servios em regime de tempo integral, atribuindo-lhe a gratificao de 50% (cinquenta por cento) do vencimento base, a partir do ms de outubro/2011.

PORTARIA N25.700 DE 17-10-11

DESIGNAR o servidor CARLOS ALBERTO CARDOSO CABRAL, Agente Auxiliar de Controle Externo TCE-AA-305 Classe A Nvel 1, matrcula n0100391, para substituir DARLAN DA COSTA RGO, Agente Auxiliar de Controle Externo TCE-AA-305 Classe A Nvel 1, matrcula n 0200108, no perodo de 19-09 a 07-10-2011.

PORTARIA N25.701 DE 17-10-11

DESIGNAR o servidor JOS MARIA DA CUNHA BASTOS, Tcnico Auxiliar de Controle Externo TCE-ATI-405, Classe A, Nvel 1, matrcula n0217331 para prestar servios em regime de tempo integral, atribuindo-lhe a gratificao de 50% (cinquenta por cento) do vencimento base, a partir de 01-10-2011.

PORTARIA N25.702 DE 17-10-11

CONCEDER servidora ALBINA MARIA DOS REIS LEITO, Analista de Controle Externo TCE-ATNS-603 Classe A Nvel 2, matrcula n0100059, 05 (cinco) dias de licena para tratamento de sade, nos termos do artigo 81, da Lei n5.810/94, no perodo de 03 a 07-10-2011

PORTARIA N25.703 DE 17-10-11

CONCEDER servidora ANA SOCORRO QUINTAIROS AMAZONAS, Analista de Controle Externo TCE-ATNS-603 Classe A Nvel 1, matrcula n0100115, 15 (quinze) dias de licena para tratamento de sade, nos termos do artigo 81 da Lei n 5.810/94, no perodo de 26-09 a 10-10-2011

PORTARIA N25.704 DE 17-10-11

CONCEDER servidora ANA MARIA CARDOSO DA SILVA, Analista de Controle Externo TCE-ATNS-603 Classe A Nvel 3, matrcula n0175015, 15 (quinze) dias de licena para tratamento de sade, nos termos do artigo 81 da Lei n5.810/94, no perodo de 06 a 20-10-2011

PORTARIA N25.705 DE 17-10-11

CONCEDER servidora EDILETE DE ALMEIDA FERNANDES, Analista de Controle Externo TCE-ATNS-603 Classe C Nvel 2, matrcula n0616230, 15 (quinze) dias de licena para tratamento de sade, nos termos do artigo 81, da Lei n5.810/94, no perodo de 03 a 17-10-2011.

PORTARIA N25.706 DE 17-10-11

CONCEDER ao servidor LUIZ THOMAS CONCEIO NETO, Assessor Tcnico de Controle Externo TCE-ATNS-601 Classe B Nvel 2, matrcula n0695548, 03 (trs) dias de licena para tratamento de sade, nos termos do artigo 81 da Lei n5.810/94, no perodo de 04 a 06-10-2011.

PORTARIA N25.707 DE 17-10-11

CONCEDER servidora RUTH HELENA MAUS DE SOUZA CABRAL, Analista de Controle Externo TCE-ATNS-603 Classe A Nvel 1, matrcula n0100084, 01 (um) dia de licena para tratamento de sade, nos termos do artigo 81 da Lei n 5.810/94, no dia 23-09-2011

PORTARIA N25.708 DE 17-10-11

CONCEDER ao servidor RAIMUNDO BARROS DO REGO BAPTISTA, Analista Auxiliar de Controle Externo TCE-ATI-406 Classe A Nvel 1, matrcula n0100449, 01 (um) dia de licena para tratamento de sade, nos termos do artigo 81, da Lei n5.810/94, no dia 29-09-2011.

PORTARIA N25.709 DE 17-10-11

CONCEDER ao servidor MORLIO SANTOS, Analista Auxiliar de Controle Externo TCE-ATI-406 Classe B Nvel 2, matrcula n0100045, 30 (trinta) dias de licena prmio, referente ao trinio de 01-01-2001/2004, nos termos do artigo 98 da Lei n5.810/94, no perodo de 03-11 a 02-12-2011.

Ministrio Pblico

MINISTRIO PBLICO DO ESTADO DO PAR

**PORTARIAS PGJ E SGJ
NMERO DE PUBLICAO: 295584
PORTARIA N 2125/2011-MP/SGJ-TA**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIA, PARA A REA TCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONA ROCHA, usando das atribuies que lhe foram delegadas pela Portaria n 1070/11-MP/PGJ, de 21 de maro de 2011,

R E S O L V E :

AUTORIZAR o servidor ALLAN HENRIQUE FERNANDES RENDEIRO, Tcnico Especializado, a participar, na qualidade de palestrante, com o tema "Envelhecimento Humano", da atividade "Manh de Sade", da V Semana da Pessoa Idosa, no dia 29/9/2011, horrio de 8 s 11h, no municpio de Ananindeua.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIA PARA A REA TCNICO-ADMINISTRATIVA, Belm, 28 de setembro de 2011.

JORGE DE MENDONA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justia

rea Tcnico-Administrativa

PORTARIA N 4312/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIA, usando de suas atribuies legais,

CONSIDERANDO a designao do Promotor de Justia Alexandre Marcus Fonseca Tourinho para atuao no municpio de Ananindeua, de acordo com o art. 10, inciso IX, alnea f, da Lei Federal n 8.625/1993 (Lei Orgnica Nacional do Ministrio Pblico) e art. 18, inciso IX, alnea f, da Lei Complementar n 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgnica do Ministrio Pblico do Estado do Par);

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alnea f, da Lei Federal n 8.625/1993 (Lei Orgnica Nacional do Ministrio Pblico) e no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar n 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgnica do Ministrio Pblico do Estado do Par),

R E S O L V E :

CONVOCAR o Promotor de Justia JANURIO CONSTNCIO DIAS NETO para, at 30/11/2011, exercer o 1 cargo de Promotor de Justia de Tom-Au, em virtude da atuao Promotor de Justia Alexandre Marcus Fonseca Tourinho no municpio de Ananindeua, a contar de 27/9/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIA, Belm 28 de

setembro de 2011.

JORGE DE MENDONA ROCHA

Procurador-Geral de Justia, em exerccio

PORTARIA N 4328/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIA, usando de suas atribuies legais e tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IX, alnea f, da Lei Federal n 8.625/1993 (Lei Orgnica Nacional do Ministrio Pblico) e no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar n 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgnica do Ministrio Pblico do Estado do Par),

R E S O L V E :

CONVOCAR a Promotora de Justia MARGARETH PUGA CARDOSO SINIMBU para, at 29/9/2011, exercer o 1 cargo de Promotor de Justia Criminal de Belm, em virtude da Licena Prmio da Promotora de Justia REGINA FTIMA SADALLA SILVA ABBADE, a contar de 27/9/2011, sem prejuzo de suas atribuies no municpio de Belm.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIA, Belm, 28 de

setembro de 2011.

JORGE DE MENDONA ROCHA

Procurador-Geral de Justia, em exerccio

PORTARIA N 4342/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIA, usando de suas atribuies legais,

R E S O L V E :

AUTORIZAR a Promotora de Justia MONICA REI MOREIRA FREIRE, gozar 18 (dezoito) dias restantes de frias, sendo 5 (cinco) dias estabelecidas pela Portaria n 5126/2009-MP/PGJ, de 17/12/2009 e suspensas pela Portaria n 3290/2010-MP/PGJ, de 11/8/2010 e 13 (treze) dias estabelecidos pela Portaria n 2789/2011-MP/PGJ, de 4/7/2011 e suspensas pela Portaria n 3405/2011-MP/PGJ, de 1/8/2011, no perodo de 28/9 a 15/10/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIA, Belm, 29 de

setembro de 2011.

JORGE DE MENDONA ROCHA

Procurador-Geral de Justia, em exerccio

PORTARIA N 4383/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIA, usando de suas atribuies legais, CONSIDERANDO a necessidade de alinhar as aes de Tecnologia da Informao no mbito do Ministrio Pblico do Estado do Par aos objetivos estratgicos e de gesto da Instituio e s boas prticas indicadas nos trabalhos da Comisso de Tecnologia da Informao do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do

Ministrio Pblico dos Estados e da Unio (CNPJ);

CONSIDERANDO a relevncia da padronizao e uniformizao taxonmica para registro de informaes das atividades judiciais e extrajudiciais do Ministrio Pblico, coleta de dados estatísticos e de informaes estratgicas gesto e atuao do Ministrio Pblico;

CONSIDERANDO os termos da Resoluo n 70 do Conselho Nacional do Ministrio Pblico, de 15 de junho de 2011, publicada no Dirio Oficial da Unio, Seo 1, de 6 de julho de 2011, pg. 118, que estabelece as diretrizes bsicas para a instituio do Comit Estratgico de Tecnologia no mbito do Ministrio Pblico e d outras providncias,

R E S O L V E :

Artigo 1. Instituir o Comit Estratgico de Tecnologia da Informao (CETI) do Ministrio Pblico do Estado do Par.

Artigo 2. O Comit Estratgico de Tecnologia da Informao

ter os seguintes integrantes:

I – O Procurador-Geral de Justia ou membro por ele indicado;

II – O Corregedor-Geral ou membro por ele indicado;

III – O Subprocurador-Geral de Justia para rea Tcnico-Administrativa;

IV – Um Membro do Conselho Superior;

V – O Diretor do Departamento de Informtica;

VI – Um servidor da Assessoria de Planejamento.

1. O CETI ser presidido pelo Procurador-Geral de Justia ou o

membro por ele indicado.

Artigo 3. Compete ao Comit Estratgico de Tecnologia da Informao:

I – Estabelecer polticas e diretrizes de Tecnologia de Informao,

alinhadas aos objetivos estratgicos da Instituio;

II – Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informao da

Instituio, a ser elaborado pelo Departamento de Informtica

com a definio das prioridades em relao aos investimentos,

s demandas globais, as formas de execuo e os mecanismos

para implementar os projetos em tecnologia da informao;

III – Definir as prioridades dos investimentos em Tecnologia da

Informao;

IV – Estabelecer as prioridades para execuo de projetos de

Tecnologia da Informao;

V – Definir padres de funcionamento, integrao, qualidade e

segurana dos servios e sistemas de tecnologia da informao.

VI – Acompanhar e fiscalizar, periodicamente, de acordo com as

diretrizes estabelecidas na rea de tecnologia da informao, o

cumprimento das estratgias e dos objetivos definidos na Poltica

de Tecnologia da Informao, assessorando a avaliao pelos

rgos da Administrao Superior;

VII – Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno, de forma a

definir os procedimentos para o seu funcionamento;

VIII – Acompanhar as deliberaes referentes Tecnologia de

Informao do Conselho Nacional do Ministrio Pblico e do

Conselho Nacional de Procuradores Gerais encaminhadas ao

MPPA.

1. Por sugesto do Comit estratgico de Tecnologia da

Informao, o Procurador-Geral de Justia poder designar

membros ou servidores, instituir Comisses ou Grupos de

Trabalho, para auxiliar na tomada de deciso sobre assuntos de

natureza tcnica ou jurdica ou para implementar aes na rea

de TI, por meio de atos especficos, com objetivos, composio e

prazo para a concluso dos trabalhos.

2. O Comit poder solicitar para assessoramento, a

colaborao, presena de membros ou servidores e/ou

presto de informaes, dados e relatrios de outros rgos e

unidades de trabalho do Ministrio Pblico para esclarecimento

de assuntos especficos que se relacionem s atribuies e/ou

objetivos estabelecidos na gesto da Tecnologia da Informao.

3. A participao dos coordenadores, assessores e auxiliares

tcnicos nas reunies ser limitada ao assessoramento tcnico e

sem direito a voto.

Artigo 4. O CETI reunir-se-, ordinariamente, uma vez a

cada bimestre e, extraordinariamente, por convocao de seu

Presidente ou Procurador-Geral de Justia.

Artigo 5. facultado ao Presidente do CETI tomar decises ad

referendum, nos casos em que houver urgncia devidamente

fundamentada por um dos integrantes do Comit.

Artigo 6. As reunies deliberativas do CETI sero instaladas, no

mnimo, com a presena da maioria absoluta de seus integrantes.

Artigo 7. As deliberaes sero tomadas pela maioria absoluta

dos integrantes.

1. Ao Presidente caber o voto de desempate, alm do voto

ordinrio.

 2. Nenhum integrante poder escusar-se de votar, salvo nos

casos de suspeio.

Artigo 8. Esta Portaria entrar em vigor na data de sua

publicao, revogando-se as disposies em contrrio,

inclusive as Portarias n 2697/2011-MP/PGJ de 29/6/2011 e n

2791/2011-MP/PGJ de 4/7/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIA, Belm 3 de

outubro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justia

PORTARIA N 4360/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIA, usando de suas atribuies legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alnea f, da Lei Federal n 8.625/1993 (Lei Orgnica Nacional do Ministrio Pblico) e no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar n 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgnica do Ministrio Pblico do Estado do Par);

R E S O L V E :

CONVOCAR o Promotor de Justia TALO COSTA DIAS para,

at 13/9/2011, exercer o 1 cargo de Promotor de Justia

de Redeno, em virtude da licena da Promotora de Justia